



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE
COORDENAÇÃO-GERAL DE DIVERSIDADE

2ª Reunião ordinária do ano de 2009 da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros – CADARA
29 e 30 de junho e 01 de julho de 2009
Hotel Saint Peter, Brasília – Distrito Federal.

Participantes: Coordenadora-Geral de Diversidade, Leonor Franco de Araújo; Maria Alice Rezende; Yasmim Poltronieri Neves, Zélia Amador de Deus; Raimundo Jorge do Nascimento de Jesus; Amilton Gonçalves de Sá Barretto; Maria Lúcia Rodrigues Muller; Maria Nilza da Silva; Silvio Humberto dos Passos Cunha; Alexandre do Nascimento; Maria de Nazaré Bezerra de Oliveira; Ieda Leal de Sousa, Janete Mércia da Silva Pereira, Ivete Maria Barbosa Campos, Paulo Vinícius Baptista da Silva, Ilma Fátima de Jesus, Moisés de Melo Santana, Macaé Maria Evaristo, Mariette Félix Rosa. Equipe Técnica: Bárbara da Silva Rosa; John Land Carth; José Roberto Sobral Correia; Everi Sirac Nogueira.

Convidados: Representantes dos Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial; Armênio Bello Schmidt – Diretor de Educação para a Diversidade Professor Valter Roberto Silvério, Paulo Egon, da Secretaria Executiva do Ministério da Educação, Iolanda de Oliveira, Renísia Cristina Garcia Filici.

1. No dia 29 de junho de 2009, a Coordenadora-Geral de Diversidade, Leonor Franco de Araújo, inicia a reunião, dando boas vindas aos participantes, apresentando a programação do evento, justificando as ausências da Professora Benilda Regina Paiva de Brito e do Professor Dagoberto José da Fonseca e o atraso do Professor Valter Roberto Silvério. Ela explica também a metodologia de trabalho, que consistirá na apresentação de cada um dos eixos do documento base da Conferência Nacional de Educação (CONAE) e no posterior debate e apontamentos. Ela prossegue relatando os resultados do Seminário Internacional de Censo e Afrodescendência, ocorrido em Brasília, nos dias 23 e 24 de junho de 2009, com a presença de especialistas em demografia da América Latina e do Caribe. Este Seminário teve como objetivo realizar um debate geral sobre a questão dos Censos a serem realizados no ano 2010 em seis países da região, incluindo o Brasil, onde o quesito “cor e raça” sairá da amostragem e entrará no questionário geral. Há a possibilidade de que no recenseamento, com esta nova metodologia de aferição, haja um decréscimo da prevalência de pretos e pardos na população geral, ou de um falseamento de dados causado por imperícia dos recenseadores no momento de indagar aos entrevistados sobre seu pertencimento étnico-

racial. Em seguida, a coordenadora relata os resultados da Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que teve lugar em Brasília, entre os dias 25 e 28 de junho de 2009, onde o Grupo de Educação foi um dos mais atribulados e com maior número de emendas ao texto original. Relata também que o “Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana” foi oficialmente lançado no dia 13 de maio de 2009 e estabelece como meta realizar lançamentos regionais no maior número de estados possível e que uma dessas estratégias de lançamento é fazer capacitações regionais dos Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial para que os representantes dos Fóruns possam ser agentes multiplicadores do Plano. Informa sobre a publicação, no mês de julho de 2009, dos Editais de Educação Quilombola e de Implementação da Lei 10.639/03 (Edital UNIAFRO), ambos contemplando ações de formação de professores e elaboração de material didático. O Edital UNIAFRO contempla Instituições públicas de Ensino Superior; já o Edital de Educação Quilombola contempla, além destas instituições, entidades de direito privado sem fins lucrativos. Encerrando sua fala, Leonor Franco de Araújo convida para compor a mesa: Armênio Bello Schimidt, Paulo Egon e Raimundo Jorge do Nascimento de Jesus.

2. Armênio Bello Schimidt inicia sua fala relatando que o presente evento é o atendimento ao pleito dos Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial levado à Comissão Executiva da CONAE pelo professor Raimundo Jorge do Nascimento de Jesus, solicitando um espaço de debate qualificado sobre o documento Base da CONAE, que subsidie os representantes do Movimento Negro nas Conferências Estaduais e Municipais e Sobretudo, na etapa Nacional. Relata que na Conferência Nacional da Educação Básica, ocorrida no ano 2008, o eixo da Diversidade foi o que tomou mais tempo de discussão. Enfatiza que para que as propostas a serem discutidas no presente evento serem levadas à etapa Nacional, é necessário que sejam aprovadas em no mínimo cinco Estados. Ressalta também que as discussões da CONAE servirão como subsídio à construção do Plano Nacional de Educação do decênio 2011-2021. Raimundo Jorge do Nascimento de Jesus dá continuidade à mesa, explicando que o presente evento tem como objetivo cotejar o documento Base da CONAE e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e Africana. Paulo Egon encerra a mesa, explicitando a importância deste momento histórico, pois a CONAE é um importante instrumento de gestão democrática e participativa, onde serão lançadas as bases para construção do Plano nacional de Educação para o próximo decênio. Pontua que os seis eixos são importantes, ressaltando o papel central do Financiamento à Educação, pois esta questão envolve temas centrais, como o piso salarial para os professores, reivindicação da classe docente que vem sendo feita desde os tempos do Brasil Colônia. Chama a atenção dos presentes para a importância de que aqueles que quiserem ser delegados na CONAE participem, impreterivelmente, de ao menos uma etapa estadual e de uma etapa municipal, pois esta é uma condição imprescindível de elegibilidade.

3. Leonor Franco de Araújo dá continuidade às atividades do dia, chamando os componentes para a próxima mesa: Alexandre do Nascimento, Zélia Amador de Deus e Iolanda de Oliveira. Alexandre do Nascimento inicia o novo bloco de atividades, apresentando os eixos do Documento Base da CONAE. Eixo I: O papel do Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade; Eixo II: Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação; Eixo III: Democratização do Acesso e Permanência e Sucesso Escolar; Eixo IV: Formação e Valorização dos Profissionais de Educação; Eixo V: Financiamento da Educação e Controle Social; e Eixo VI: Justiça Social na Educação - Trabalho, Inclusão, Diversidade e Igualdade. Em seguida, retoma o histórico de construção do “Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”, que foi um processo de construção coletiva, do qual participaram Ministério da Educação, UNESCO, secretarias estaduais e municipais de educação, profissionais da educação, movimento negro. Fala sobre o documento “Contribuições para a construção do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e Africana”, documento revisado pela CADARA que subsidiou a construção do Plano e foi entregue ao Ministro da Educação na data de 20 de novembro de 2008. Enfatiza que as atividades da presente reunião culminarão na construção de um parecer técnico, elaborado pela CADARA – comissão Técnica do Ministério da Educação com a responsabilidade de assessorar qualitativamente o Ministério em questões relacionadas à educação dos Afro-brasileiros- e pelos Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial, instâncias políticas de caráter regional estabelecidas com o mesmo fim. Leonor Franco de Araújo toma a palavra, enfatizando a importância da articulação entre CADARA e Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial. Alexandre do Nascimento faz alguns apontamentos sobre o texto base da CONAE, antes de passar a palavra para Zélia Amador de Deus e Iolanda de Oliveira. Ele aponta o uso corrente do termo “diversidade” ao longo do texto, ressaltando a necessidade de se situar mais especificamente as demandas étnico-raciais. Ressalta também a necessidade de se atentar para os conceitos de “regime de colaboração”, “cultura da paz” e “controle social”, também presentes em todo o texto referência da CONAE. Aponta que no Documento Base da CONAE, Fóruns de Educação aparecem como instâncias de Gestão Democrática e controle Social. Faz apontamentos específicos sobre os Eixos I e II e verifica quais são os estados presentes.
4. Em seguida, Leonor Franco de Araújo solicita aos representantes dos Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial que se articulem regionalmente para a participação e para a inclusão das discussões do presente dia em ao menos cinco estados. Complementando esta fala, Raimundo Jorge do Nascimento de Jesus enfatiza que é necessário que representantes dos Fóruns participem também faz comissões estaduais para terem maior poder de inserção nas etapas regionais. Em seguida, os representantes dos Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Distrito Federal, do Amapá e da Bahia relatam como está sendo desenvolvida a articulação para as Conferências Estaduais e Municipais

em seus Estados. Dando continuidade à mesa, Zélia Amador de Deus faz sua explanação e apontamentos acerca do Eixo III, ressaltando alguns pontos contrários para a discussão e futura elaboração do Parecer: democratização da educação, enfatizar a questão étnico-racial dentro do conceito de diversidade; ausência do racismo enquanto elemento estruturante do sistema educacional e enquanto produtor de desigualdade; destaca que o conceito de ação afirmativa é fundamental para a discussão de democratização da educação, devendo assim, constar no eixo III. Iolanda de Oliveira dá continuidade à mesa, trabalhando o Eixo IV, apontando o desafio do professor para fazer um trabalho voltado à diversidade, embora em sua formação a questão negra sempre tenha sido escamoteada. Ressalta que é temerário se fazer um novo Plano nacional de Educação sem a avaliação do atual PNE. Ressalta a importância de se atrelar à política de incentivo de formação de docentes, um programa de apoio à permanência destes docentes na Universidade durante sua formação. Ressalta que os conteúdos referentes à questão étnico-racial devem ser abordados não apenas nos cursos de formação de profissionais da Educação, mas também em todos os cursos superiores. Enfatiza a dificuldade de se estabelecer diretrizes e conteúdos para a educação das relações étnico-raciais na educação superior. Ressalta aspectos referentes à valorização da carreira e ao regime e condições de trabalho dos profissionais de magistério. Aborda conteúdos relativos ao piso salarial para a carreira do Magistério e à política vigente de pós-graduação no país.

5. A mesa se encerra e Leonor Franco de Araújo convida os participantes para dar início ao debate sobre os principais pontos ressaltados pelas professoras Iolanda de Oliveira e Zélia Amador de Deus. Paulo Vinícius Baptista da Silva sugere como estratégia que a pauta a ser levada para as conferências estaduais deve ser enxuta, focada em alguns elementos, mais especificamente aqueles levantados no Eixo VI, os elementos apontados por Iolanda de Oliveira e Zélia Amador de Deus e a inclusão da Educação Quilombola. Os representantes dos Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial de Alagoas e do Rio Grande do Norte fazem intervenções corroborando a importância de se incluir o racismo como elemento estruturante da desigualdade no processo educacional.
6. Leonor Franco de Araújo informa aos participantes sobre os avanços alcançados na construção de indicadores educacionais de desigualdade étnico-racial. A SECAD/MEC tem se reunido com o “Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Educação Anísio Teixeira” (INEP) para incluir questões relativas à Educação das relações étnico-raciais no SINAES, no SAEB, na Prova Brasil, na Provinha Brasil e no Censo Escolar. A SECAD/MEC está trabalhando em uma proposta de desagregação de dados das avaliações realizadas pelo INEP por raça e etnia.
7. Maria de Nazaré Bezerra de Oliveira informa aos presentes sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que abrange os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica, as escolas vinculadas às universidades, o Colégio Dom Pedro II, as Escolas Agrotécnicas Federais e a Universidade Federal Tecnológica do Paraná. Ressalta o papel desta rede na Educação de Jovens e Adultos, na Educação

Inclusiva e na Educação para as Relações étnico-raciais. Enfatiza também que deve se atentar para a formação de outros profissionais da educação, como porteiros de escola, inspetores de aluno e merendeiras.

8. A representante do Fórum Estadual de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Pará aponta para duas questões sobre a Educação Quilombola: a falta de índices sobre esta modalidade da educação e a terminologia, que deveria ser educação quilombola, não educação em áreas remanescentes de quilombos. Para se ter uma educação quilombola, é necessário regulamentá-la e defini-la conceitualmente e é imprescindível focar na questão da formação inicial docente.
9. O representante do Fórum de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Amapá ressalta a importância de se incluir a desigualdade racial enquanto elemento estruturante dos baixos índices de qualidade educacional no Brasil. O representante do Fórum de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Rio Grande do Sul complementa esta fala, indicando a importância da avaliação educacional, destacando que quando se trabalha a avaliação de forma quantitativa e não qualitativa, os negros são os primeiros a serem excluídos. Enfatiza a necessidade de se qualificar as bibliotecas escolares com materiais sobre educação para as relações étnico-raciais e sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. O representante do Fórum de Educação e Diversidade Étnico-Racial da Bahia retoma a questão da articulação e da militância. É necessário protocolar o documento que sair deste Seminário nas Comissões Estaduais. Adicionalmente, é necessário comparar o documento final aprovado na Conferência Nacional de Educação Básica (CONEB) com o documento Base da CONAE e verificar avanços e retrocessos.
10. Iolanda de Oliveira responde aos apontamentos dos participantes. Estabelece relação entre o regime de trabalho dos profissionais de magistério e as condições destes para formação inicial e continuada; destaca que não se pode continuar tratando de Educação de Jovens e Adultos como escolarização tardia; defende que haja um eixo específico no Documento Referência da CONAE sobre educação quilombola e educação indígena; ressalta que no Documento Referência da CONAE há distinção entre profissionais da Educação e Profissionais do Magistério; reflete sobre os diretores de escola: sua formação, a forma de escolha, se por concurso ou por eleição pela comunidade escolar e os critérios para a escolha destes profissionais; educação integral e os fatores extra-escolares a ela relacionados; educação à distância, especialmente formação inicial docente e as maneiras de se garantir a qualidade nessa modalidade de educação. Zélia Amador de Deus sintetiza as falas, apontando que o desafio imposto a todos para as Conferências Estaduais é levar como propostas medidas que estabeleçam metas de diminuição e eliminação dos déficits educacionais da população negra em um horizonte de tempo pré-definido e que para cumprir esta meta, sejam utilizados os mecanismos legais já existentes: a Lei 10.639/03; o Parecer CNE/CP nº 03/2004 e a Resolução CNE/CP nº 01/2004. É necessário também apontar o racismo e a desigualdade racial enquanto elementos estruturantes destes déficits educacionais. Iolanda de Oliveira complementa afirmando que se deve ter o cuidado de não se interpolar as questões de raça e

classe.

11. Raimundo Jorge do Nascimento de Jesus dá início à segunda mesa, convidando para compô-la o Professor Valter Roberto Silvério, para abordar o Eixo I e os Professores Paulo Vinícius Baptista da Silva e Maria Alice Rezende para abordar o eixo VI. Alexandre do Nascimento retoma a questão da mobilização, afirmando que após a CONAE, o texto deverá ser discutido ainda no Congresso Nacional, para elaboração e votação do Projeto de Lei que definirá o novo Plano Nacional de Educação. Maria Alice Rezende inicia a discussão do Eixo VI destacando a fragmentação e a ambiguidade do conceito de diversidade presente em todo o texto, mais especificamente no eixo VI. Dentro deste conceito são encaixadas diversas categorias de indivíduos e diversos grupos, sem se atentar às especificidades de nenhum e sem se ponderar sobre os pontos de intersecção entre estas categorias. Paulo Vinicius Baptista da Silva enfatiza que no Eixo VI não são apresentados índices quantitativos destas categorias de Diversidade e que no parágrafo do texto que parece ser específico das questões étnico-raciais, o racismo é mencionado apenas enquanto racismo institucional e não como elemento estruturante das desigualdades. Aponta para a necessidade de um glossário, pois muitos termos são ambíguos e carecem de definição. Valter Roberto Silvério inicia sua exposição do Eixo I apresentando três elementos fundamentais para sua análise, a partir dos estudos de Hasenbalg e Silva na década de 80. O primeiro corresponde às rápidas mudanças estruturais sociais ocorridas no Brasil a partir do Regime Militar. O segundo corresponde à reordenação dos perfis de estratificação e os processos de mobilidade social coexistentes com desigualdades distributivas e persistência da pobreza. O terceiro se refere ao papel das diferenciações raciais na locação de posições na estrutura social. Insere neste debate o papel das diferenças nas estruturas regionais e a necessidade de se qualificar e diferenciar o que é desigualdade e o que é pobreza, enfatizando que a discriminação racial e o racismo são estruturantes das desigualdades, pois são inerentes ao aparato institucional, entendido tanto no plano público quanto no privado. Enfatiza o histórico dos direitos universais no Brasil e sua relação com os direitos sociais e a construção da cidadania, afirmando que no Brasil tem-se uma cidadania regulada e normatizada pelo Estado, havendo pouca tradição de discussão destes direitos em contextos mais amplos. A discussão de direitos universais no País tem dado corpo à discussão sobre direitos culturais, capitaneada por representantes de diversos segmentos populacionais, entre eles, os movimentos negros. Enfatiza a articulação entre direitos universais e direitos específicos, que são conceitos complementares e não antagônicos. Chama atenção para a importância do momento histórico da CONAE, que é o momento de se estabelecer de fato a garantia de direitos culturais no Brasil, cessando com a tradição de garantia de direitos sociais determinados apenas pelo Estado. Daí a importância de se garantir a questão étnico-racial enquanto elemento estruturante das desigualdades neste País. Deve-se pensar a hierarquia de classes no Brasil a partir de uma sociedade racializada. É necessário também atentar para o tratamento dos dados, de forma a corroborar com a questão étnico-racial e não escamoteá-la.
12. Raimundo Jorge do Nascimento de Jesus encerra as apresentações,

fazendo pontuações a respeito do Eixo V. Inicia enfatizando que o Documento Base da CONAE introduz a variável qualitativa na formulação das políticas de financiamento da Educação. Enfoca a necessidade de se compreender a estruturação da política orçamentária e financeira no Brasil a partir da perspectiva de uma sociedade onde a hierarquia social é racializada. Coloca como nós críticos a revisão do papel da União no financiamento da Educação Básica, a Instituição de um verdadeiro regime de colaboração entre os entes federados e o estabelecimento de referenciais de qualidade para todos os níveis e modalidades da educação. Fala do custo aluno-qualidade e de como a implementação da Lei 10.639/03 deve ser introduzida com o uma variável deste custo.

13. Sugere a inclusão de um artigo que verse sobre o financiamento de fóruns de Educação. O representante dos Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Amapá intervém, ressaltando a necessidade de se inserir o “Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” no Plano Nacional de Educação do próximo decênio. Salienta também a importância de se atentar para o uso do termo “racismo institucional” como única referência a racismo no Documento Base da CONAE. A representante dos Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Mato Grosso atenta para o fato de que no Documento Base da CONAE a questão do financiamento é tratada sem se levar em conta as especificidades regionais, culturais e étnico-raciais. Outros representantes de Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial apontam sugestões de acréscimos e supressões do texto para serem trabalhadas no dia 30 de junho de 2009 nos trabalhos em grupo. O representante do Fórum de Educação e Diversidade Étnico-Racial da Bahia retoma a questão da necessidade de articulação, mobilização e militância, chamando atenção para o papel dos Fóruns e ressaltando a importância dos marcos legais e parâmetros existentes para abordar a temática étnico-racial. Coloca como outra estratégia, no caso da não eleição como delegado nacional na CONAE, divulgar o documento entre aqueles que serão delegados. O representante dos Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Distrito Federal pede maiores explicações sobre o termo “racismo institucional”. A representante do Fórum de Educação e Diversidade Étnico-Racial de Divinópolis (MG) relata as articulações desenvolvidas para a CONAE em seu município e em seu estado. Ieda Leal de Sousa chama atenção para três fatores: a resistência à discussão de políticas para o povo negro nas escolas; O piso salarial para professores, e a garantia da laicidade do Estado brasileiro e, mais especificamente, da Educação. Renísia Cristina Garcia Fillici aponta no texto passagens em que o termo raça aparece, mesmo quando não se fala especificamente da questão racial, e identifica estes trechos como estratégicos para se colocar a questão étnico-racial enquanto elemento estruturante do documento. Raimundo Jorge do Nascimento de Jesus retoma a origem histórica dos direitos universais e sua articulação com os direitos culturais, estabelecendo estes como bases para as políticas de ação afirmativa. Ressalta que o direito à cultura, à singularidade e a identidade são direitos universais e que as políticas de ação afirmativa são mecanismos de garantia destes direitos. Zélia Amador de Deus

complementa, afirmando que direitos culturais suscitam e reiteram o direito à igualdade e à diferença. Maria Alice Rezende retoma o racismo institucional, enfatizando que o racismo tem um caráter mutante e pode assumir formas diferenciadas. Raimundo Jorge do Nascimento de Jesus ressalta a importância do piso salarial para o magistério, afirmando que este deve ser definido através de um indexador possível dentro das normas jurídicas atuais. Valter Roberto Silvério retoma a questão da historicidade da racialização da sociedade brasileira e de como esta racialização não é abordada no Documento Base da CONAE. O Parecer é um instrumento para apontar essa distorção e propor alterações estruturais no Documento. Reitera a sugestão de Renísia Cristina Garcia Fillici de se trabalhar a questão étnico-racial dentro de cada uma das metas do Documento.

14. Alexandre do Nascimento propõe que no dia 30 de junho pela manhã os presentes sejam divididos em grupos, e que na parte da tarde seja feita uma plenária com as contribuições para cada Eixo. As contribuições dos grupos serão sintetizadas pela CADARA no dia 01 de julho de 2009
15. Leonor Franco de Araújo dá encerramento ao dia de atividades, ressaltando a importância de articulação entre a CADARA e os Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial enquanto estratégia para se otimizar o discurso, tanto do ponto de vista técnico, quanto do ponto de vista político.
16. O segundo dia de atividades se inicia com Leonor Franco de Araújo conclamando os participantes a se reunir em grupos para discutir os eixos e nomeando Alexandre do Nascimento e Raimundo Jorge do Nascimento de Jesus coordenadores dos trabalhos. Ressalta a importância da Educação quilombola e fala sobre as dificuldades do trabalho com esta modalidade de ensino, do ponto de vista metodológico, conceitual, de financiamento e político. Sugere a criação de uma subcomissão de educação quilombola na CADARA. Zélia Amador de Deus enfatiza as especificidades da Educação Quilombola, principalmente na Região Amazônica. Leonor Franco de Araújo afirma que a Educação Quilombola no MEC se faz de forma presencial e aponta para a incipiência de estudos em educação quilombola nas universidades de todo o País. Informa sobre a agenda de capacitação dos Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial. Solicita aos representantes de Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial que socializem as discussões com seus parceiros nos Estados e Municípios. Amilton Gonçalves de Sá Barretto pede informações sobre a construção de escolas em áreas remanescentes de quilombos e a abertura de editais com essa finalidade. Leonor Franco de Araújo informa que não há edital para construção de escolas em áreas remanescentes de quilombos, que estes projetos podem ser encaminhados diretamente à SECAD. Relata a capacitação feita junto a 29 municípios do Estado de Minas Gerais para elaboração de projetos para áreas remanescentes de quilombos.
17. Macaé Maria Evaristo se apresenta ao grupo e relata os desafios enfrentados na Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, especialmente na Educação Infantil e no Ensino Médio, que são os dois maiores pontos de exclusão da população negra na Educação.
18. Janete Mércia da Silva Pereira relata pesquisa desenvolvida pelo BID

sobre Educação Infantil. Mariette Félix Rosa salienta que o acesso das crianças negras à Educação Infantil tem sido um dos principais desafios relativos à promoção da equidade neste nível de ensino.

19. O representante do Fórum de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Rio Grande do Sul retoma as reivindicações feitas pelos fóruns no encontro ocorrido em Brasília durante o mês de abril de 2009 e salienta que elas não foram atendidas, especialmente no que se refere ao aumento das vagas destinadas ao movimento negro. Faz um pedido de encaminhamento para que estas questões sejam discutidas na plenária. Leonor Franco de Araújo responde que o número de vagas continua o mesmo e que há um acordo entre MEC e SEPPIR para que a SEPPIR faça essas indicações. O presente encontro tem a finalidade de produzir um documento que subsidie intervenções qualificadas nas conferências estaduais. Zélia Amador de Deus endossa a fala do representante do Rio Grande do Sul, afirmando que realmente o pleito dos Fóruns não foi atendido, mas que por outro lado, é o momento de se explicitar os pontos nos quais o Documento base da CONAE se omite.
20. Alexandre do Nascimento e Raimundo Jorge do Nascimento de Jesus apresentam a metodologia de trabalho, solicitando que os relatores dos grupos entreguem as contribuições até as 12h30 e que o retorno à plenária seja feito às 13h30.
21. No retorno das atividades no período da tarde, Leonor Franco de Araújo informa aos participantes o resultado da seleção do curso à distância em Educação para as Relações Étnico-raciais promovido no âmbito da rede de Educação para a Diversidade da Universidade Aberta do Brasil. Foram selecionados projetos das seguintes universidades: Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade de Brasília, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal do Piauí, Universidade Federal do Espírito Santo. O representante do Fórum de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Rio Grande do Sul discute sobre a representatividade do movimento negro na CONAE, a necessidade de articulação e a fragmentação do movimento, indagando sobre a escolha dos delegados pela SEPPIR. Ivete Maria Barbosa dos Santos informa que o papel da SEPPIR é definir os critérios de participação, entrar em contato com as pessoas e instá-las a participar das etapas estaduais e municipais. Representantes dos Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Rio de Janeiro, do Mato Grosso, do Distrito Federal e de Goiás fazem intervenções no sentido de estabelecer estratégias de mobilização dos parceiros nos Estados. O representante do Fórum de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Rio Grande do Sul propõe que seja encaminhado à Comissão organizadora da CONAE um documento exigindo que se definia as vagas da seguinte maneira: uma para cada representante de Fórum de Educação e Diversidade Étnico-Racial, uma para o movimento negro em cada estado, uma para cada comissário da CADARA e mais as vinte vagas já existentes. Raimundo Jorge do Nascimento de Jesus explicita que de acordo com o Regimento da CONAE, a CADARA já está representada, pois ela é parte do MEC. Sugere outras maneiras de garantir a participação, dentro de outros

segmentos. Ressalta que esta proposta incide em mudança do regimento. Alexandre do Nascimento solicita ao representante do Fórum de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Rio Grande do Sul que redija a proposta para ser apresentada ao final da exposição dos grupos.

22. Tem início a apresentação dos grupos e a aprovação de suas propostas. Ao longo das exposições, é salientado que o que for decidido em plenária vai ser sintetizado pela CADARA em um documento e distribuído aos representantes de Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial para ser levado às Conferências Estaduais, para assim, ser possível efetuar alterações estruturais no Documento Base da CONAE. Após o encerramento das apresentações dos grupos, é feita uma rodada de avaliação do encontro, onde os participantes pontuaram que o encontro foi positivo no sentido em que promoveu articulação entre pesquisadores da área das relações étnico-raciais, profissionais do magistério que atuam nesta área e representantes que promovem a articulação política neste sentido. O Seminário foi avaliado com importante também para estabelecer uma pauta de articulação para a CONAE e como marco inaugural de uma nova metodologia de trabalho no que tange à gestão democrática e mecanismos de participação social para elaboração de políticas de educação para as relações étnico-raciais. As atividades foram encerradas com o estabelecimento do compromisso, pelos representantes dos Fóruns, de se promover a multiplicação e a divulgação dos conteúdos abordados nesta reunião e com o encaminhamento da CADARA de consolidar os apontamentos em um parecer.
23. No dia 01 de julho de 2009 Leonor Franco de Araújo inicia as atividades dividindo a CADARA em subcomissões, destinando a uma delas da tarefa de consolidar a redação do Parecer sobre ao Documento Base da CONAE. Informa que a ata da primeira reunião será apresentada em um momento posterior, pois a transcrição não foi entregue a tempo de prepará-la para a presente data. Estabelece a criação de uma subcomissão de Educação Quilombola. Alexandre do Nascimento sugere que a subcomissão responsável pela revisão do “Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e Africana” seja a mesma para elaboração do Parecer. Sugere que nas reuniões seguintes da CADARA sejam tratados os temas das demais subcomissões. A decisão é acatada pelo pleno dos presentes. O trabalho em grupo tem início e encerra-se a plenária.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE
COORDENAÇÃO-GERAL DE DIVERSIDADE

3ª Reunião ordinária do ano de 2009 da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros – CADARA 09 e 10 de dezembro de 2009
Ministério da Educação, Brasília – Distrito Federal.

Presentes: Leonor Franco de Araújo – Coordenadora Geral de Diversidade, Maria Alice Rezende; Yasmim Poltronieri Neves, Zélia Amador de Deus; Raimundo Jorge do Nascimento de Jesus; Amilton Gonçalves de Sá Barretto; Maria Lúcia Rodrigues Muller; Maria Nilza da Silva; Silvio Humberto dos Passos Cunha; Alexandre do Nascimento; Maria de Nazaré Bezerra de Oliveira; Ieda Leal de Sousa, Janete Mércia da Silva Pereira, Verônica Maia, Mariette Félix Rosa, Sales Augusto dos Anjos, Ivair Augusto dos Santos, Sueli Aparecida Gonçalves, Elenita Alves de Moura.

Equipe Técnica: Bárbara da Silva Rosa.

1. No dia 10 de dezembro de 2009, a Coordenadora Geral de Diversidade, Leonor Franco de Araújo, inicia a reunião, dando boas vindas aos participantes, apresentando a pauta da reunião e justificando as ausências. Em seguida, os participantes fazem uma avaliação da participação da CADARA no encontro PNE mais 10, promovido pela Comissão de Educação da Câmara dos deputados. Há um consenso entre os participantes de que em alguns aspectos houve um retrocesso no tratamento da questão racial na educação, pois em muitos estados e municípios os Planos Municipais e Estaduais de Educação têm sido aprovados sem a inserção da temática. Participantes apontam para uma desarticulação do movimento negro e os fóruns de Educação e Diversidade Étnico-racial são apontados como via de articulação. É informado que o Plano Nacional de Educação não será construído na CONAE, mas sim construído previamente para posteriormente ser referendado.
2. Raimundo Jorge do Nascimento de Jesus promove explicações sobre a eleição de delegados para a CONAE. Haverá delegados por segmento e por setores. Os delegados de setores são escolhidos pelo Governo Federal. Os delegados de segmentos são eleitos nos estados. Os nomes indicados devem ter participado das etapas estaduais e municipais. Ele propõe como encaminhamento que se aborde a CONAE no Encontro Nacional de Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial, que acontecerá em março de 2010.

Os demais participantes sugerem como encaminhamento que se verifique a possibilidade de se destinar vagas como observadores para os membros da CADARA.

3. Verônica Maia se apresenta á Comissão enquanto representante da SEPPIR, em substituição a Ivete Maria Barbosa de Campos. A Comissão detecta que nomes de delegados nacionais do Movimento Negro foram perdidos e sugere como encaminhamento a substituição destes nomes.
4. Ivaír Augusto dos Santos chama a atenção para a construção de estratégias para os meses de fevereiro e março de 2010, quando será votado o Estatuto da Igualdade Racial; quando terá lugar a audiência pública sobre as Cotas no STF e a Conferência Nacional de Educação. Enfatiza a necessidade de se ter objetividade na intervenção. Sugere três ações: um canal maior de diálogo com a SEPPIR; uma maior participação do Conselheiro Wilson Roberto Mattos; a escolha de um membro da CADARA com interlocutor político, para que as ações não se concentrem nas mãos do MEC. Sugere Alex Reis como interlocutor dentro da SEPPIR. Enfatiza a necessidade de bancar financeiramente apoio executivo para a CADARA.
5. Leonor Franco de Araújo afirma que a pauta da coordenação foi atribulada no segundo semestre. Ressalta que os NEAB's não têm participado dos Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial e relata as dificuldades de articulação junto às comunidades quilombolas. Reflete que o lançamento do Plano Nacional retirou a temática da área de atrito do MEC, mas ele não é suficiente por si.
6. Valéria se apresenta enquanto representante da SEPPIR. Faz um relato sobre os Seminários de Lançamento do Plano Nacional, promovidos pela SEPPIR em parceria com o MEC e estabelece compromisso com relação à CONAE, ressaltando que os nomes dos indicados foram escolhidos em função de sua especialidade na temática, encaminhados à Comissão Organizadora da CONAE e que não era responsabilidade da SEPPIR entrar em contato com os mesmos.
7. Sales Augusto dos Anjos se apresenta como representante interino da Fundação Cultural Palmares e informa que o manifesto em favor das cotas foi impresso e está com o Professor José Jorge, da UnB. É indicado como encaminhamento que o Seminário dos Fóruns a ser realizado em março de 2010 tenha CONAE como pauta e que seja feito com a presença da CADARA e dos delegados escolhidos pela SEPPIR.
8. Leonor Franco de Araújo relata o projeto do Seminário Nacional de Educação Quilombola e ressalta a dificuldade de se obter dados e indicadores sociais e educacionais sobre as áreas de remanescentes de quilombos. A Comissão aprova a criação de um Comitê Executivo na CADARA, que será formado por

Alexandre do Nascimento, Ieda Leal de Sousa, Raimundo Jorge do Nascimento de Jesus, Leonor Franco de Araújo, Zélia Amador de Deus, Representantes da SEPPIR e da Fundação Cultural Palmares.

9. Leonor Franco de Araújo apresenta o calendário de eventos da CGDI para o ano de 2010 e relata que as resoluções UNIAFRO e Quilombola têm validade até o ano de 2010. Informa ainda que no ano de 2009 não foram feitas descentralizações, que as mesmas serão feitas no ano de 2010. Informa sobre o Censo Escolar Quilombola e a dificuldade de se fazer esse levantamento junto ao INEP, pois isso causaria o rompimento da série histórica. Sales Augusto dos Anjos sugere que isso seja feito via Fundação Cultural Palmares no momento da certificação as comunidades. Leonor Franco de Araújo ressalta a necessidade de se elaborar editais que contemplem as secretarias estaduais e municipais de educação. Maria Lúcia Rodrigues Müller informa que no Censo 2010 há a possibilidade de se aferir dados sobre as comunidades quilombolas, mas Valéria informa que alterações no Censo 2010 não são possíveis, mas existe a possibilidade de se inserir mudanças no próximo Censo.
10. Maria Nilza da Silva faz apontamentos sobre a restrição ao pagamento de bolsas para os professores no UNIAFRO e sobre a ausência de linha de financiamento na CAPES e no CNPQ para a questão étnico-racial. Leonor Franco de Araújo ressalta a impossibilidade legal de se fazer o pagamento de bolsas e como a falta deste dispositivo inviabiliza muitos dos programas da CGDI. Fala da articulação em torno do Projeto de Lei da Extensão e da articulação com a Fundação Ford e a CAPES para uma política de pós-graduação em Educação para as relações étnico-raciais.
11. No dia 11 de dezembro de 2009, a CADARA escolheu seu representante na Comissão Técnica de Avaliação de Material Didático para a Implementação da Lei 10.639/03. Foram indicados e aprovados por unanimidade os nomes de Maria Lúcia Rodrigues Muller como membro titular, devido a seu acúmulo acadêmico na questão e de Amilton Gonçalves de Sá Barretto como suplente, devido ao seu contato com os sistemas de ensino. Em seguida, são discutidos os nomes a constar na lista de indicações para delegados do movimento negro na CONAE. É consenso entre os presentes que entre os nomes devem figurar aqueles escolhidos regionalmente nos estados. A Comissão chega a um consenso sobre a lista de nomes e a SEPPIR se responsabiliza por divulgar a lista de nomes e referendar institucionalmente.
12. Sueli Aparecida Gonçalves sugere que seja elaborada publicação com o histórico da CADARA, como forma de se perpetuar e divulgar o legado da Comissão.
13. Leonor Franco de Araújo encerra a reunião e se compromete a estabelecer os encaminhamentos.